

AS REFORMAS PROPOSTAS POR TEMER PREJUDICAM OS POBRES?

Muitos dos críticos das propostas acreditam que elas afetarão os brasileiros mais vulneráveis. Essa crença alimenta movimentos de resistência, no Congresso é nas ruas



IDEIAS

DEBATES E PROVOCAÇÕES

Não se pode negar a necessidade de reformas no país. O déficit da Previdência saltou de R\$ 29 bilhões no primeiro trimestre de 2016 para R\$ 40 bilhões no primeiro trimestre deste ano. O rombo, neste ano, deverá chegar a R\$ 274 bilhões, segundo as projeções do Tesouro Nacional. Trata-se de um crescimento de 80% sobre o déficit já preocupante de R\$ 152 bilhões registrado em 2016. O desequilíbrio nas contas da Previdência é agravado pela crise financeira e pelo alto desemprego. E, no terreno da criação de empregos, o Brasil também tem problemas – o peso dos encargos sobre o empregador e o grande número de ações na Justiça do Trabalho distanciam o país das economias mais dinâmicas (*leia mais em Nossa Opinião, na página 26*). Apesar disso, as reformas, ao menos no formato apresentado pelo governo, encontram forte resistência entre a população e no Congresso, mesmo entre aliados.

Um argumento difundido entre os críticos é que as reformas trabalhista e previdenciária, assim como a lei que regulamenta a terceirização, prejudicarão principalmente os pobres. A esse respeito, ÉPOCA ouviu dois estudiosos do tema: o cientista social Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e o economista Marcelo Neri, pesquisador na Fundação Getulio Vargas (FGV) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Apesar das opiniões divergentes, uma questão parece ponto pacífico. A não aprovação das reformas pode aumentar a crise econômica e interromper a retomada do crescimento. E crises econômicas, como se sabe, afetam mais dramaticamente a população mais pobre.



Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

DEBATES E PROVOCAÇÕES

NÃO

“As reformas ajudam os mais pobres, ao estimular a geração de empregos e manter o Estado capaz de investir em Bolsa Família, saúde e educação”

Marcelo Moura

ÉPOCA – Como a reforma da Previdência afeta os mais pobres?

Marcelo Neri – A reforma da Previdência não vai punir os mais pobres. A discussão da Previdência é muito afeita à classe C (*a mais numerosa, com cerca de 100 milhões de pessoas*), mas não à classe E. Não se pode usar o nome dos pobres em vão. Estamos falando dos 10% da população com renda mensal abaixo de R\$ 100 por pessoa, segundo a definição de pobreza extrema, e de R\$ 223, na faixa de pobreza. Eles têm interesses diretos e diferentes daqueles que criticam a reforma. Estão relegados ao último plano da discussão. A reforma da Previdência não prejudica tanto esses mais pobres. Eles são afetados principalmente no lado dos benefícios, por um aspecto muito simples: sem a reforma, não vai ter dinheiro para fazer nada.

ÉPOCA – Mas e os pobres aposentados?

Neri – Os aposentados não são pobres. Peguemos os dados de 2014, anteriores ao repique de empobrecimento, de 2015. A taxa de pobreza no Brasil era de 8%. A taxa de pobreza na faixa etária de 0 a 4 anos era de 15%. Na faixa dos aposentados, de 60 anos ou mais, era de apenas 1,4%. Ou seja, a taxa de pobreza das crianças é dez vezes maior que a dos idosos. Claro que não é o caso de ignorar os idosos. Mas é o caso de moderar os gastos com a Previdência, porque, sem uma redução de gastos, vai faltar dinheiro para tudo. A gente acha que é um país jovem, mas já deixou de ser. Está deixando de ser rapidamente, numa velocidade só comparável à da China. A cada três anos a gente ganha um ano de expectativa de vida.

Isso é sensacional, mas impõe desafios ao orçamento público. Quem vai pagar essa conta, de uma forma ou de outra, serão as crianças e os jovens. Os supostos amigos dos pobres ou dos jovens estão dizendo que, com a nova conta da Previdência, os jovens terão de contribuir por 40 anos... Mas, se o Estado não tiver dinheiro, vão ter de contribuir do mesmo jeito. É melhor contribuir sabendo o que vai acontecer.

ÉPOCA – Como a reforma das leis trabalhistas afeta os mais pobres?

Neri – A reforma trabalhista é hoje uma discussão de sindicatos e grupos organizados. Esses grupos não são pobres, tecnicamente falando. A defesa dos sindicatos acaba não sendo para os que estão na base. O trabalhador pobre não fica desempregado. Ele cai na informalidade. Ai, ele tem zero proteção.

ÉPOCA – Que tipo de efeito tem, sobre a população, o ganho de direitos trabalhistas formais, batalhados pelos sindicatos?

Neri – O aumento do salário mínimo em 2015, acima da inflação, não foi só um desastre em termos de contas públicas, mas também um desastre em termos de desemprego. Em vez de poder dizer que a pessoa empregada passou a ter um salário maior, o governo acabou jogando um monte de gente no desemprego. Em apenas seis meses, a taxa de desemprego do Brasil cresceu para o mesmo patamar de seis anos antes. O aumento do salário mínimo, associado ao congelamento nominal do Bolsa Família, fez a desigualdade explodir. A renda média caiu 7% e a renda dos 25% mais pobres



caiu 14%. Só em 2015, a pobreza cresceu 19% e a pobreza extrema 23%. Explodiu.

ÉPOCA – Segundo esse raciocínio, a prioridade para os pobres seria a geração de empregos formais, mesmo que com menos garantias?

Neri – Isso mesmo. O problema do pobre não é a precarização do emprego formal. O problema maior dele é a informalidade. É ter zero direito. A legislação trabalhista é antiga, tem mais de 70 anos, e é muito rígida. Não é o caso de jogá-la no lixo, mas um acúmulo de distorções precisa ser enfrentado.

ÉPOCA – Uns defendem regras mais flexíveis para o empregador, a fim de estimular a economia. Outros dizem que flexibilizar é desamparar o funcionário sem, necessariamente, gerar mais empregos. Como encontrar o equilíbrio?

Neri – De 1990 a 2015, a extrema pobreza no Brasil caiu 73%. Foi um resultado excepcional. O segredo foi adotar o caminho do meio: crescer e reduzir a desigualdade ao mesmo tempo. O desafio, hoje, está em reencontrar esse meio. Temos sindicatos ruins. Acho que o fim do imposto sindical, proposto no projeto, pode incentivar os sindicatos a oferecer melhores serviços. A gente está em uma discussão muito ideológica, pouco voltada para o que os dados dizem. Existe uma certa maldição em torno de fazer reformas. O Brasil já não as fez durante muito tempo. A urgência delas foi aumentando e, ao mesmo tempo, o diálogo se tornou mais difícil. Ninguém está olhando para os pobres. Nem na hora de propor as reformas nem na hora de combatê-las.

ÉPOCA – Que políticas públicas beneficiam efetivamente os mais pobres?

Neri – O que mais diz respeito aos pobres é o que você faz com o Bolsa Família, creches, campanhas de vacinação, ensino fundamental público... São políticas voltadas para a base da pirâmide de renda. Se não tiver dinheiro, o Estado não vai poder desempenhar seu papel de oferecer saúde e educação aos que mais precisam. As reformas em geral têm sido muito defendidas por razões macroeconômicas, como a retomada do crescimento e a restauração da situação fiscal. Concordo com a importância desses efeitos, mas acho que eles são apenas parte da história. As reformas têm sido pouco discutidas do ponto de vista distributivo. Elas podem ter um impacto importante sobre a redução da pobreza.

ÉPOCA – Tratar dos efeitos nos mais pobres, então, tornaria mais fácil discutir as reformas?

Neri – A defesa dos mais pobres atende a princípios morais, mas não é apenas altruísmo. Há razões macroeconômicas. É um ótimo instrumento para fazer as rodas girar. Cada real gasto com o Bolsa Família tem impacto na economia três vezes maior do que R\$ 1 gasto com a Previdência e cinco vezes maior do que R\$ 1 gasto com o FGTS. Mas estamos errando sistematicamente nisso. Na hora de tomar decisão, congelam o Bolsa Família e dão um ganho real para a Previdência. Qual é a lógica disso? É amadorismo puro. Não faz o menor sentido, nem social nem fiscal. Está faltando um mínimo de racionalidade. Para isso, precisa ter avaliação, precisa querer olhar os números. ♦

Marcelo Neri
é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff

DEBATES E PROVOCAÇÕES

SIM

“As propostas levam o trabalhador a ser coagido pelas empresas e excluem da Previdência os mais frágeis, sem estudar o impacto disso”

Marcos Coronato

ÉPOCA – Qual é o impacto das reformas propostas pelo governo federal sobre os pobres?

Clemente Ganz Lúcio – A regra proposta para a Previdência exclui os mais frágeis. Estimamos que um terço da população hoje com mais de 55 anos, ao chegar aos 65, não terá cumprido 25 anos de contribuição (*o mínimo para requerer a aposentadoria*). São pobres, que transitam entre ocupações precárias, entre os mercados formal e informal. Numa vida laboral de 30, 40, 50 anos, não acumulam 25 anos de contribuição. E o sistema não compensa isso com assistência. O governo poderia dizer: quem não tiver aposentadoria tem assistência. Mas não, diz o contrário. Os miseráveis terão alguma assistência aos 68 anos. Os que não chegam a ser miseráveis ficarão desassistidos. Diz o governo: “Se ele tem 20 anos de contribuição, pode trabalhar mais cinco e chegar aos 25 de contribuição”. Os dados nos dizem que 80% dos que seguem trabalhando após os 65 anos ficam na informalidade. Qual é a chance de esse cidadão, que não cumpriu o tempo de contribuição mínimo ao longo da vida, conseguir na velhice inserção no mercado formal?

ÉPOCA – Esses são efeitos, em sua opinião, da reforma da Previdência. E o impacto da reforma trabalhista sobre os pobres?

Ganz Lúcio – Ela vai transformar parte do que hoje é precário e ilegal em precário formal. O trabalho intermitente, a jornada parcial, formas de contratação precárias passarão a ser legais. Parte da proteção de hoje deixa de existir, então a empresa deixa de ter aquele custo. A hora extra tem um valor de punição, para a

empresa não abusar. A legislação nova diz que ela pode compensar em seis meses. A empresa perde o ônus da hora extra. Isso acarreta (*para o funcionário*) problemas de saúde, segurança e produtividade. O projeto do governo promove a produtividade espúria, alcançada pela superexploração do trabalho, pela piora nas condições ou pelo arrocho salarial. Essa produtividade espúria consolida uma distribuição perversa de renda e resultados econômicos. Não conduz ao aumento da renda média nem da massa salarial, condições para a economia voltar a crescer. O risco é não termos, por parte do Estado, nenhum incentivo para um aumento de produtividade saudável.

ÉPOCA – O senhor é a favor de algum tipo de reforma trabalhista?

Ganz Lúcio – Acho a reforma trabalhista 100 vezes mais complicada e grave que a da Previdência. Ela (*como está proposta*) desestrutura todo o sistema de relações de trabalho. O sistema atual regula um conflito na produção e na distribuição dos resultados da produção. Se você deixa (*a mediação das relações*) para o livre mercado, os conflitos no local de trabalho aumentam e a produtividade cai. Temos quase um século de construção de instrumentos para tratar de conflitos extremamente severos. A proposta (*do governo*) reconhece e usa um desequilíbrio de forças, ela transforma o indivíduo em anteparo direto das demandas das empresas. Ela visa tirar todos os “obstáculos” que a empresa tem hoje. Ela dá ao indivíduo a “liberdade” de ser coagido pelas empresas. Então não precisa fazer reforma? É lógico que



precisa, mas uma reforma para modernizar, melhorar, corrigir problemas. Não essa. Essas iniciativas (do governo Temer) promovem mudanças profundas sem debate público. Essas visões precisariam ser explicitadas numa campanha eleitoral.

ÉPOCA – A trajetória das contas da Previdência não se sustenta. Como resolver isso?

Ganz Lúcio – Acho profundamente necessária uma reforma da Previdência. Mas ela deveria contemplar o financiamento e a gestão do sistema. É um absurdo se concentrar só nas definições paramétricas (ou seja, em estatísticas baseadas em probabilidades, como o ritmo futuro de envelhecimento da população). Temos no Dieese uma hipótese de que a velocidade de envelhecimento da população já chegou ao ponto máximo e agora vai diminuir. Se isso for verdadeiro, podemos ter, em 2050, 8 milhões de velhos a menos do que afirmam as projeções do governo. Mas o governo vem usando um único cenário! Outra coisa: o cenário futuro, no Brasil e no mundo, é de trabalho mais precário, com o cidadão por mais tempo na informalidade e conseguindo contribuir por menos tempo. A precarização leva a uma queda na receita da Previdência. Mesmo nas economias desenvolvidas, onde também há formas de precarização, discutem-se novas formas de financiar a Previdência. Estive num debate com o secretário de Previdência. Olha, vocês (do governo) dizem que dois terços da dívida (das empresas) com a Previdência é incobrável? Como é que acumulamos essa dívida, fala-se de R\$ 300 bilhões (a dívida supera os R\$ 400

bilhões) e não temos nenhuma capacidade de melhorar a gestão? Vamos continuar demorando dez anos para cobrar uma dívida? O debate também poderia deixar a sociedade decidir entre alternativas – por exemplo, num caminho, o benefício diminui, o tempo de desfrute aumenta, a Previdência para em pé de um jeito; no outro, a contribuição é maior, o benefício é maior, a Previdência para em pé de outro jeito. E temos demandado, mas o governo não tem nenhuma mensuração de impacto socioeconômico. São mudanças profundas sem nenhuma simulação do impacto delas sobre as pessoas.

ÉPOCA – Que tipo de resultado o senhor espera da greve convocada para 28 de abril?

Ganz Lúcio – A greve começa a ganhar força (Ganz Lúcio conversou com ÉPOCA na quinta-feira, dia 27) porque a sociedade percebe que as mudanças em curso contrariam a construção de um sistema de proteção e promoção social. Nesse movimento, a sociedade, sindicatos, movimento estudantil dizem “não estamos satisfeitos. Manifestamos profunda contrariedade com o processo em curso”. É um alerta aos agentes econômicos e políticos – Congresso, governadores, presidente, líderes empresariais. A sociedade não está concordando com esse caminho. O próximo passo depende de um conjunto de coisas: do sucesso do movimento, de o Congresso se abrir ao debate, do tipo de proposição que será colocada sobre a mesa. É necessário que as lideranças não vejam nessa situação de crise um momento para agir com oportunismo, porque isso pode agravar ainda mais a crise. ♦

Clemente Ganz Lúcio
é cientista social e diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)